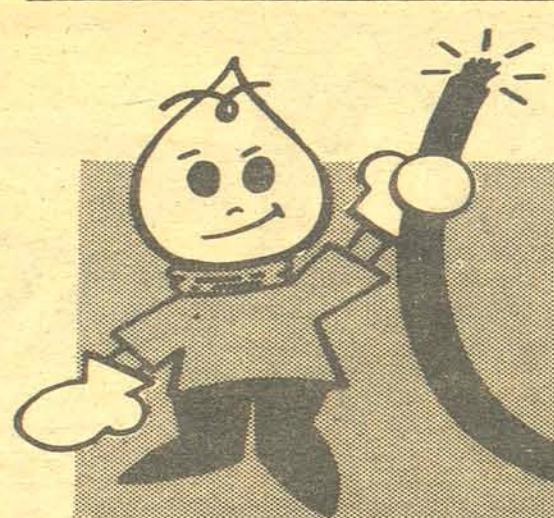




Comitê faz ato público contra Medida Provisória

O Comitê de Defesa das Liberdades Democráticas e dos Direitos dos Trabalhadores, formado por diversas entidades (veja manifesto neste jornal), vai promover um **ato público** para lançar o Comitê e protestar contra o cerceamento do direito de greve e os atentados terroristas.

O ato terá lugar na escadaria da Catedral, às 17 horas de quinta-feira, dia 11 de maio. A realização de movimentos fortes de oposição à escalada repressiva desencadeada pelo governo, a partir da Medida Provisória nº 50, é uma resposta necessária dos trabalhadores aos que atacam as suas lutas e sua organização.

NAUFRÁGIO

O naufrágio do Plano Verão a poucos metros do porto de onde zarpou, colocou o governo novamente em crise. A economia desgovernou mais ainda e a sucessão presidencial escapou completamente do controle do Planalto. Por outro lado, os trabalhadores se mobilizaram contra o arrocho, iniciando uma verdadeira onda de greves.

Tentando segurar as rédeas da situação, o governo lançou mão da repressão para conter os movimentos. Com os movimentos "amortecidos", seria possível prosseguir na aplicação da política econômica arrochante e manter o controle sobre o processo sucessório.

ATENTADOS

Por estranha coincidência, ao mesmo tempo que o governo armou uma legislação repressiva aos movimentos populares, foram divul-



gadas cartilhas falsas e aconteceram atentados à bomba, um deles assumido por uma tal "Falange Patriótica", de inspiração direitista. Estes elementos são mais do que suficientes para afirmar que existe uma orquestração para desorganizar os trabalhadores e denegrir seus movimentos.

A participação no ato público convocado pelo Comitê é a resposta que cada um pode dar à tentativa de retroceder que está sendo liderada pelo governo e pelas forças conservadoras.

Bancários: Enfrentando a Medida Provisória

Os bancários da Caixa Econômica Federal voltaram ao trabalho. Foi preciso 16 dias de greve para que a Justiça do Trabalho finalmente julgasse o dissídio da categoria, que tem data-base em setembro, o que dá em maio um aumento de dois salários e meio, estabilidade de 90 dias, 100% de hora extra e reconhecimento do delegado sindical. Em relação aos dias parados, será formada uma comissão de funcionários e diretores, para discutir o assunto. Independente do resultado da negociação, os dias parados não vão refletir sobre as férias, 13%, anuênio etc... O dissídio do Banco Central também foi julgado. Foi concedido 26,06% do Plano Bresser, 4% de produtividade, 2% de compensação da data-base, 12,89% de adiantamento e 16,5% da URP de janeiro.

ENFRENTAMENTO

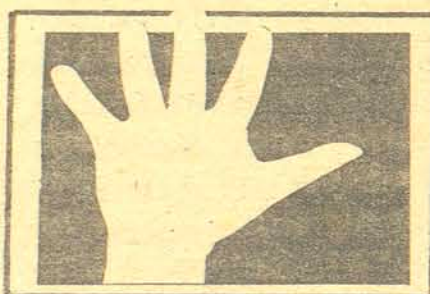
Os empregados do Banco do Brasil no dia 9, quando foi fechada esta edição, aguardavam o julgamento do dissídio revisional. Isso porque o dissídio julgado na data-base, em setembro, não foi publicado e por isso a direção do banco não cumpriu nenhum item.

Para chegarem ao 19º dia de greve os bancários do BB tiveram que enfrentar a Medida Provisória nº 50, que regulamenta a greve. Um dos resultados desse enfrentamento foi a retirada, por parte da direção, das medidas de punição. Essas medidas davam às chefias poderes para demitir, remanejar e descomissionar.

Uma outra vitória aparece num cartaz que anuncia o concurso nacional.

Depois de dez anos sem admissões surgiram 35 mil vagas, que agora podem vir a ser preenchidas.

Campanha de Mobilização movimentada celesquianos



BASTA!

Com o lançamento do jornal **LUTA URBANITÁRIA** foi deflagrada a campanha de mobilização pela garantia dos direitos dos empregados da CELESC. Até o dia 19 de maio todos os eletricitários serão envolvidos pela discussão sobre a atual situação da empresa.

A partir do dia 22 acontecerão assembleias em todo o estado, preparando a Assembleia Estadual que acontecerá no dia 27.

A cidade que vai sediar a Assem-

bléia ainda não foi definida.

TODO VAPOR

A campanha de mobilização é uma resposta dos empregados da Empresa ao autoritarismo que está instalado na CELESC. Ninguém mais aguenta o descaso com que são tratadas as questões trabalhistas e o constante desrespeito à lei, dissídios e acordos. Por isso já se percebe que a categoria está "a todo vapor" discutindo os seus problemas e se mobilizando.

Este movimento se soma à Campanha Nacional por Reposição Salarial que foi desencadeada a nível nacional por dezenas de sindicatos de eletricitários.

Sindicato discute URP de fevereiro

Para discutir a questão da URP de fevereiro, representantes do Sindicato estiveram reunidos com o presidente, Fernando Bastos e o DA Ariovaldo Stelle, na quinta-feira, dia 4. O Sindicato, que já entrou

com recurso, solicitou que fosse mantido o pagamento da URP. A resposta de Bastos foi clara: "Temos o maior interesse em continuar pagando".

Aposentadoria

Os celesquianos que se encontram em vésperas de sua aposentadoria devem procurar o seu sindicato antes de tomarem decisão sobre o assunto. Não esqueça.

CELESC:

Antecipação só confere ganho de 1,45%

Para explicar como os 25% concedidos pela CELESC aos salários de janeiro trariam um aumento de 1,45% no salário de abril, a subseção do DIEESE dos eletricitários elaborou um quadro.

Nele um salário hipotético de janeiro é comparado ao de abril. Independente das vantagens que ele possuía, a diferença é de 2,97%. Desse percentual ainda devem ser descontados os 1,50% concedidos pelo Plano Verão (as três parcelas foram pagas de uma só vez em março, segundo acordo entre o sindicato e a CELESC). Assim restam apenas os 1,45% de ganho real.

AUMENTO SALARIAL TRABALHADORES CELESC CONFORME REAJUSTE DE 25%					
MÊS	SALÁRIO S/PERICULOSIDADE EM NCZ\$		SALÁRIO C/PERICULOSIDADE EM NCZ\$		
JANEIRO/89	Salário Base	220,00	Salário Base	220,00	
	Adiantamento URP	47,06	Adiantamento URP	47,06	
		267,06	Periculosidade 30%	80,12	
				347,18	
ABRIL/89	Salário Base	275,00	Salário Base	275,00	
			Periculosidade 30%	82,50	
				357,50	
SALÁRIO ABRIL/ SALÁRIO JANEIRO DIFERENÇA EM (%)		2,97%		2,97%	
DESCONTO COM PLANO VERÃO II		- 1,50%		- 1,50%	
AUMENTO REAL (%)		1,45%		1,45%	
FONTE: SUBSEÇÃO DIEESE/ELETRICITÁRIOS-SC					

MANIFESTO

O governo e as forças da direita estão articulando uma ampla campanha contra a população brasileira, para impedir o avanço das forças progressistas. Os responsáveis pelo caos e pela crise tentam responsabilizar os trabalhadores e as entidades organizadas da sociedade pelo maior arrocho salarial dos últimos tempos. A classe dominante, mais uma vez, aposta num retrocesso para garantir a continuidade da corrupção, da miséria, da exploração, da censura e da impunidade no país.

Os sinais começam a se espalhar rapidamente: edição da medida provisória nº 50 (anti-greve); publicação e divulgação de falsas cartilhas; atentado terrorista a bomba em Volta Redonda contra o monumento em homenagem aos trabalhadores; invasão de sindicatos; veiculação maciça de publicidade e amplo espaço nos meios de comunicação para as autoridades e representantes da classe dominante; atentados contra a vida de lideranças sindicais, partidárias e de organização popular e o ressurgimento de entidades paramilitares, que sempre atuaram à margem da lei.

Para responder a essa ameaça, as entidades abaixo relacionadas reuniram-se no dia 4 de maio e decidiram formar um COMITÊ DE DEFESA DAS LIBERDADES POLÍTICAS E DEMOCRÁTICAS E DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES.

A responsabilidade da crise é exclusiva do governo e da sua base de sustentação política e econômica, sempre vinculada ao FMI e contra os interesses populares. Serviços essenciais à população estão sem verbas. E o trabalhador se vê, cada dia mais pobre, com maiores dificuldades, enquanto aumenta a concentração de renda na mão de uns poucos privilegiados.

É contra isso que lutam os trabalhadores e as forças progressistas do país. Por isso, o Comitê exige a imediata derrubada da medida provisória nº 50 (anti-greve), repudia os atentados e atos terroristas com a punição dos responsáveis, apóia a luta dos trabalhadores e suas entidades, defende a realização das eleições presidenciais deste ano e convoca para uma Ato Público dia 11, quinta-feira, às 17 horas, na Catedral, em Florianópolis.

PARTIDOS: PCB, PT, PSB, PC do B, PV, PDT, PC, PSDB.

ENTIDADES SINDICAIS: CUT, CSC, FECEC, ANDES.

SINDICATOS: Jornalistas, Eletricitários, Municipais de São José, Águas e Saneamento, Empregados em Edifícios, em Entidades Sindicais, Comerciais, Municipais de Florianópolis, Bancários, Trabalhadores na Saúde e Previdência, Vigilantes, AOESC, ALISC, Sintespe, Sintrasem, Sindasp, Comando de Greve FESC/UESC, Comando de Greve UFSC.

ENTIDADES ESTUDANTIS: UCES, DCE-UFSC, UNE, Grêmio Estudantil Henrique Stodiek.

MOVIMENTO POPULAR: CAPROM, CPT, Centro de Educação e Evangelização Popular, Movimento Nacional de Meninos de Rua, Pastoral da Juventude, Coordenação das Associações de Moradores, Associações de Moradores da Serrinha, do Morro do Horário e Morro da Penitenciária.

ENTIDADES CIVIS: UJS, ITESC, Comissão Justiça e Paz e fundação Wilson Pinheiro.

PARLAMENTARES: João Ghizoni, Luci Choinaski, Clair Castilhos, Vitor Schmidt e Ricardo Baratieri.

Sede Provisória: CUT - Rua Artista Bittencourt, 32 (fone: 22-6611)

As Firmas estão devidamente reconhecidas na forma da Lei.

Cálculo pronto?

Corre boato na CELESC que os cálculos para o pagamento da Produtividade 84 de cada empregado já estão prontos. O valor se-

ria entre 3,2 e 3,5 salários fixos. As variações ficariam por conta de vantagens e descontos de cada empregado.

Pauta dos Eletricitários já foi entregue à Ministra

A entrega da pauta de reivindicações dos eletricitários de todo o país à Ministra do Trabalho marcou a "decolagem" da Campanha Nacional da categoria. A pauta entregue na última segunda-feira tem itens como a reposição das perdas salariais, reintegração dos demitidos por motivos políticos, revisão das punições e absorção imediata da mão-de-obra contratada. Agora serão entregues pautas para todas as empresas do setor elétrico: as reivindicações são as mesmas só mudando o índice de reposição salarial.

Esta campanha está envolvendo 42 entidades de eletricitários, o maior número já reunido até hoje. Enquanto os empregados atestam sua disposição de luta, as empresas do grupo ELETROBRÁS se reúnem, dia 10, no Rio de Janeiro, elas discutem uma política de reposição para a categoria.

PROPOSTAS

Na reunião com a ministra, os sindicatos apresentaram uma proposta de política salarial para o setor, baseada no reajuste mensal de salários de acordo com a inflação. Dorothea afirmou que vai enviar a proposta para o Congresso Nacional.

Sobre a questão dos contratados, a Ministra anunciou que foi formada uma comissão interministerial para estudar o assunto. A titular da pasta do Trabalho se comprometeu ainda, em formar uma comissão com o seu ministério, DNAEE e CIPE para dis-

cutir uma política de recursos humanos para o setor elétrico. Este último ponto foi proposto pelo Sindicato de Florianópolis.

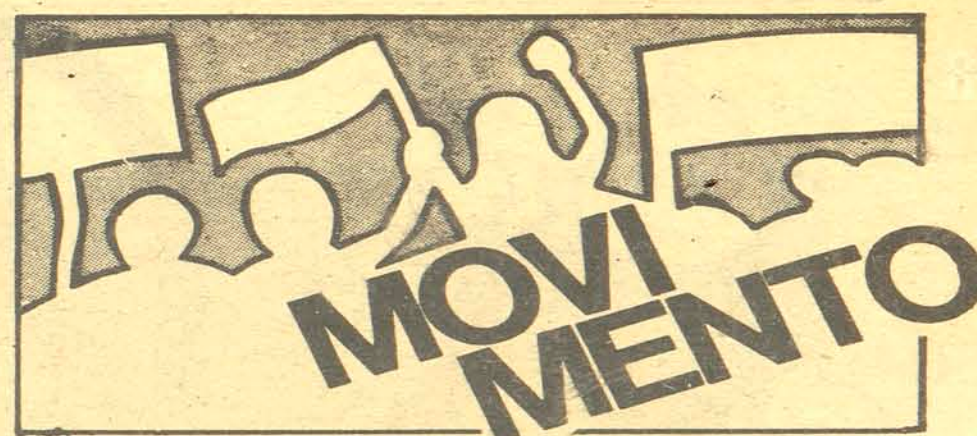
CRONOGRAMA

A reunião dos Sindicatos alterou o cronograma da Campanha, transferindo o Encontro Nacional que ocorreria na semana que vem em Florianópolis e definindo que todos os sindicatos deverão estar em Brasília no próximo dia 17, quando o Congresso estará votando a Lei de Greve (Medida Provisória) e a política salarial.

A partir do dia 19 deverão acontecer assembleias regionais para avaliar o andamento da Campanha. Ficou definido também o indicativo de greve geral do setor elétrico para o dia 1º de junho. Os sindicatos deliberaram ainda que em caso de greves isoladas nenhum eletricitário deverá substituir grevista de outra empresa.

URP FEVEREIRO

Todos os sindicatos estão empenhados em garantir o pagamento da URP de fevereiro, ficando definido que serão esgotadas todas as possibilidades para obter a garantia, inclusive mandados de segurança. Neste sentido, o Sindicato de Florianópolis já está providenciando um mandado para suspender a decisão da Junta de Conciliação e Julgamento que subtraiu o direito dos empregados da ELETROSUL (na CELESC ainda não foi julgado o pedido de liminar).



Municipários

Os municipais de Florianópolis estão em greve desde o dia 04 de maio. A paralisação foi a única forma encontrada por eles para lutar contra a defasagem salarial de 539%. A prefeitura oferece apenas um abono de 65 cruzados e mais 15% de reajuste por conta da política salarial nacional. As secretarias da saúde, educação e finanças estão com 100% de adesão. Até o momento não houve negociação para acabar a greve.

Universidades param

Na UFSC, os professores deflagraram greve na segunda-feira. Os servidores permanecem paralisados desde o dia 27 e os estudantes mantêm o indicativo de greve. O movimento é nacional e já atinge 28 universidades. Todos reivindicam a recuperação das perdas salariais provocadas pelo Plano Verão e verbas para a educação.



1. De reajuste de salários ninguém fala, mas a Medida Provisória, nº 51 cuja provisoriedade é bem permanente, autorizou o ministro da Fazenda a rever "em casos especiais" o congelamento de preços. Mailson não deixou por menos: já assinou quatro portarias liberando preços de vários produtos. E ainda falam de "grevismo"...

2. Eis uma turma que não vai precisar se preocupar em fazer greve: os deputados federais em Brasília ganham 5,8 mil e os deputados estaduais em São Paulo ganham 9 mil com direito a carro com motorista e uma quota mensal de combustível.